

ÍNDICE-SUMÁRIO

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Lei nº 41/2013, de 26 de junho 25

LIVRO I DA AÇÃO, DAS PARTES E DO TRIBUNAL 29

TÍTULO I Das disposições e dos princípios fundamentais 29

TÍTULO II Das espécies de ações 31

TÍTULO III Das partes 32

CAPÍTULO I Personalidade e capacidade judiciária 32

CAPÍTULO II Legitimidade das partes 36

CAPÍTULO III Patrocínio judiciário 39

CAPÍTULO IV Disposições especiais sobre execuções 42

TÍTULO IV Do tribunal 44

CAPÍTULO I Das disposições gerais sobre competência 44

CAPÍTULO II Da competência internacional 44

CAPÍTULO III Da competência interna 45

SECÇÃO I Competência em razão da matéria 45

SECÇÃO II Competência em razão do valor 46

SECÇÃO III Competência em razão da hierarquia 46

SECÇÃO IV Competência em razão do território 46

SECÇÃO V Disposições especiais sobre execuções 50

CAPÍTULO IV Da extensão e modificações da competência 51

CAPÍTULO V Das garantias da competência 53

SECÇÃO I Incompetência absoluta 53

SECÇÃO II Incompetência relativa 54

SECÇÃO III Conflitos de jurisdição e competência 55

CAPÍTULO VI Das garantias da imparcialidade 57

SECÇÃO I Impedimentos 57

SECÇÃO II Suspeições 59

LIVRO II DO PROCESSO EM GERAL	63
TÍTULO I Dos atos processuais	63
CAPÍTULO I Atos em geral	63
SECÇÃO I Disposições comuns	63
SECÇÃO II Atos das partes	67
SECÇÃO III Atos dos magistrados	70
SECÇÃO IV Atos da secretaria	74
SECÇÃO V Publicidade e acesso ao processo	76
SECÇÃO VI Comunicação dos atos	79
SECÇÃO VII Nulidades dos atos	83
CAPÍTULO II Atos especiais	86
SECÇÃO I Distribuição	86
SUBSECÇÃO I Disposições gerais	86
SUBSECÇÃO II Disposições relativas à 1ª instância	87
SUBSECÇÃO III Disposições relativas aos tribunais superiores	89
SECÇÃO II Citação e notificações	90
SUBSECÇÃO I Disposições comuns	90
SUBSECÇÃO II Citação de pessoas singulares	92
SUBSECÇÃO III Citação de pessoas coletivas	102
SUBSECÇÃO IV Notificações em processos pendentes	103
DIVISÃO I Notificações da secretaria	103
DIVISÃO II Notificações entre os mandatários das partes	106
SUBSECÇÃO V Notificações avulsas	107
TÍTULO II Da instância	107
CAPÍTULO I Começo e desenvolvimento da instância	107
CAPÍTULO II Suspensão da instância	110
CAPÍTULO III Extinção da instância	114
TÍTULO III Dos incidentes da instância	117
CAPÍTULO I Disposições gerais	117
CAPÍTULO II Verificação do valor da causa	118
CAPÍTULO III Intervenção de terceiros	122
SECÇÃO I Intervenção principal	122
SUBSECÇÃO I Intervenção espontânea	122
SUBSECÇÃO II Intervenção provocada	123
SECÇÃO II Intervenção acessória	124
SUBSECÇÃO I Intervenção provocada	124
SUBSECÇÃO II Intervenção acessória do Ministério Público	125
SUBSECÇÃO III Assistência	126
SECÇÃO III Oposição	127
SUBSECÇÃO I Oposição espontânea	127
SUBSECÇÃO II Oposição provocada	128

SUBSECÇÃO III Oposição mediante embargos de terceiro	129
CAPÍTULO IV Habilitação	131
CAPÍTULO V Liquidação	133
TÍTULO IV Dos procedimentos cautelares	134
CAPÍTULO I Procedimento cautelar comum	134
CAPÍTULO II Procedimentos cautelares especificados	139
SECÇÃO I Restituição provisória de posse	139
SECÇÃO II Suspensão de deliberações sociais	139
SECÇÃO III Alimentos provisórios	140
SECÇÃO IV Arbitramento de reparação provisória	141
SECÇÃO V Arresto	142
SECÇÃO VI Embargo de obra nova	143
SECÇÃO VII Arrolamento	145
TÍTULO V Da instrução do processo	146
CAPÍTULO I Disposições gerais	146
CAPÍTULO II Prova por documentos	149
CAPÍTULO III Prova por confissão e por declarações das partes	155
SECÇÃO I Prova por confissão das partes	155
SECÇÃO II Prova por declarações de parte	158
CAPÍTULO IV Prova pericial	158
SECÇÃO I Designação dos peritos	158
SECÇÃO II Proposição e objeto da prova pericial	160
SECÇÃO III Realização da perícia	161
SECÇÃO IV Segunda perícia	163
CAPÍTULO V Inspeção judicial	163
CAPÍTULO VI Prova testemunhal	164
SECÇÃO I Inabilidades para depor	164
SECÇÃO II Produção da prova testemunhal	165
TÍTULO VI Das custas, multas e indemnização	174
CAPÍTULO I Custas – Princípios gerais	174
CAPÍTULO II Regras especiais	174
CAPÍTULO III Multas e indemnização	179
TÍTULO VII Das formas de processo	180
CAPÍTULO I Disposições gerais	180
CAPÍTULO II Processo de declaração	180
CAPÍTULO III Processo de execução	180
LIVRO III DO PROCESSO DE DECLARAÇÃO	183
TÍTULO I Dos articulados	183
CAPÍTULO I Petição inicial	183
CAPÍTULO II Revelia do réu	188

CAPÍTULO III Contestação	189
SECÇÃO I Disposições gerais	189
SECÇÃO II Exceções	191
SECÇÃO III Reconvenção	193
CAPÍTULO IV Réplica	193
CAPÍTULO V Articulados supervenientes	194
TÍTULO II Da gestão inicial do processo e da audiência prévia	195
TÍTULO III Da audiência final	199
TÍTULO IV Da sentença	202
CAPÍTULO I Elaboração da sentença	202
CAPÍTULO II Vícios e reforma da sentença	204
CAPÍTULO III Efeitos da sentença	206
TÍTULO V Dos recursos	207
CAPÍTULO I Disposições gerais	207
CAPÍTULO II Apelação	214
SECÇÃO I Interposição e efeitos do recurso	214
SECÇÃO II Julgamento do recurso	217
CAPÍTULO III Recurso de revista	222
SECÇÃO I Interposição e expedição do recurso	222
SECÇÃO II Julgamento do recurso	225
SECÇÃO III Julgamento ampliado da revista	227
CAPÍTULO IV Recurso para uniformização de jurisprudência	227
CAPÍTULO V Revisão	229
LIVRO IV DO PROCESSO DE EXECUÇÃO	233
TÍTULO I Do título executivo	233
TÍTULO II Das disposições gerais	235
TÍTULO III Da execução para pagamento de quantia certa	241
CAPÍTULO I Do processo ordinário	241
SECÇÃO I Fase introdutória	241
SECÇÃO II Oposição à execução	244
SECÇÃO III Penhora	246
SUBSECÇÃO I Bens que podem ser penhorados	246
SUBSECÇÃO II Disposições gerais	252
SUBSECÇÃO III Penhora de bens imóveis	256
SUBSECÇÃO IV Penhora de bens móveis	259
SUBSECÇÃO V Penhora de direitos	262
SUBSECÇÃO VI Oposição à penhora	268
SECÇÃO IV Citações e concurso de credores	269
SUBSECÇÃO I Citações	269
SUBSECÇÃO II Concurso de credores	270
SECÇÃO V Pagamento	273

SUBSECÇÃO I Modos de pagamento	273
SUBSECÇÃO II Entrega de dinheiro	274
SUBSECÇÃO III Adjudicação	274
SUBSECÇÃO IV Consignação de rendimentos	275
SUBSECÇÃO V Do pagamento em prestações e do acordo global	276
SUBSECÇÃO VI Venda	278
DIVISÃO I Disposições gerais	278
DIVISÃO II Venda mediante propostas em carta fechada	280
DIVISÃO III Outras modalidades de venda	284
DIVISÃO IV Da invalidade da venda	286
SECÇÃO VI Remição	287
SECÇÃO VII Extinção e anulação da execução	288
SECÇÃO VIII Recursos	291
CAPÍTULO II Do processo sumário	292
TÍTULO IV Da execução para entrega de coisa certa	293
TÍTULO V Da execução para prestação de facto	296
LIVRO V DOS PROCESSOS ESPECIAIS	299
TÍTULO I Tutela da personalidade	299
TÍTULO II Da justificação da ausência	300
TÍTULO III Do acompanhamento de maiores	302
TÍTULO IV Da prestação de caução	305
TÍTULO V Da consignação em depósito	307
TÍTULO VI Da divisão de coisa comum	310
TÍTULO VII Do divórcio e separação sem consentimento do outro cônjuge	312
TÍTULO VIII Da execução especial por alimentos	313
TÍTULO IX Da liquidação da herança vaga em benefício do Estado	314
TÍTULO X Da prestação de contas	316
CAPÍTULO I Contas em geral	316
CAPÍTULO II Contas dos representantes legais de incapazes e do depositário judicial	318
TÍTULO XI Regulação e repartição de avarias marítimas	319
TÍTULO XII Reforma de autos	321
TÍTULO XIII Da ação de indemnização contra magistrados	323
TÍTULO XIV Da revisão de sentenças estrangeiras	324
TÍTULO XV Dos processos de jurisdição voluntária	326
CAPÍTULO I Disposições gerais	326
CAPÍTULO II Providências relativas aos filhos e aos cônjuges	327
CAPÍTULO III Separação ou divórcio por mútuo consentimento	328
CAPÍTULO IV Processos de suprimimento	330

CAPÍTULO V Alienação ou oneração de bens dotais e de bens sujeitos a fideicomisso	331
CAPÍTULO VI Autorização ou confirmação de certos atos	332
CAPÍTULO VII Conselho de família	334
CAPÍTULO VIII Curadoria provisória dos bens do ausente	334
CAPÍTULO IX Fixação judicial do prazo	335
CAPÍTULO X Notificação para preferência	335
CAPÍTULO XI Herança jacente	339
CAPÍTULO XII Exercício da testamentaria	339
CAPÍTULO XIII Apresentação de coisas ou documentos	340
CAPÍTULO XIV Exercício de direitos sociais	340
SECÇÃO I Do inquérito judicial à sociedade	340
SECÇÃO II Nomeação e destituição de titulares de órgãos sociais	342
SECÇÃO III Convocação de assembleia de sócios	343
SECÇÃO IV Redução do capital social	344
SECÇÃO V Oposição à fusão e cisão de sociedades e ao contrato de subordinação	344
SECÇÃO VI Averbamento, conversão e depósito de ações e obrigações	344
SECÇÃO VII Liquidação de participações sociais	346
SECÇÃO VIII Investidura em cargos sociais	346
CAPÍTULO XV Providências relativas aos navios e à sua carga	347
CAPÍTULO XVI Atribuição de bens de pessoa coletiva extinta	348
TÍTULO XVI Do processo de inventário	349
CAPÍTULO I Disposições gerais	349
CAPÍTULO II Inventário destinado a fazer cessar a comunhão hereditária	353
SECÇÃO I Fase inicial	353
SECÇÃO II Oposições e verificação do passivo	356
SECÇÃO III Audiência prévia de interessados	358
SECÇÃO IV Saneamento do processo e conferência de interessados	358
SECÇÃO V Incidente de inoficiosidade	361
SECÇÃO VI Mapa da partilha e sentença homologatória	362
SECÇÃO VII Incidentes posteriores à sentença homologatória	365
SECÇÃO VIII Custas	366
CAPÍTULO III Partilha de bens em casos especiais	366
LIVRO VI DO TRIBUNAL ARBITRAL NECESSÁRIO	369

LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

ACESSO AO DIREITO E AOS TRIBUNAIS

Lei nº 34/2004, de 29 de julho	373
CAPÍTULO I Conceção e objectivos	373
CAPÍTULO II Informação jurídica	374
CAPÍTULO III Protecção jurídica	374
SECÇÃO I Disposições gerais	374
SECÇÃO II Consulta jurídica	379
SECÇÃO III Apoio judiciário	379
SECÇÃO IV Procedimento	381
CAPÍTULO IV Disposições especiais sobre processo penal	388
CAPÍTULO V Disposições finais e transitórias	390
ANEXO Cálculo do rendimento relevante para efeitos de protecção jurídica	392

CRITÉRIOS DE PROVA E DE APRECIACÃO DA INSUFICIÊNCIA ECONÓMICA PARA A CONCESSÃO DA PROTECÇÃO JURÍDICA

Portaria nº 1085-A/2004, de 31 de agosto	397
CAPÍTULO I Disposições gerais	398
CAPÍTULO II Pessoas singulares	399
SECÇÃO I Documentos	399
SECÇÃO II Apreciação do requerimento	400
SECÇÃO III Modalidade de pagamento faseado	400
CAPÍTULO III Pessoas colectivas ou equiparadas	401
CAPÍTULO IV Comissão de apreciação	402
CAPÍTULO V Disposição final	402

REGIME DE ACESSO AO DIREITO E AOS TRIBUNAIS

– REGULAMENTAÇÃO

Portaria nº 10/2008, de 3 de janeiro	403
CAPÍTULO I Protecção jurídica	405
SECÇÃO I Consulta jurídica	405
SECÇÃO II Apoio judiciário	405
CAPÍTULO II Participação dos profissionais forenses no sistema de acesso ao direito	409
SECÇÃO I Profissionais forenses e admissão ao sistema de acesso ao direito	409
SECÇÃO II Regras de participação no sistema de acesso ao direito	410
CAPÍTULO III Lotes de processos e escalas de prevenção	411
CAPÍTULO IV Compensação dos profissionais forenses	414

CAPÍTULO V Sistema de gestão, monitorização e informação do acesso ao direito	416
CAPÍTULO VI Disposições finais e transitórias	417
ACESSO AO DIREITO E AOS TRIBUNAIS NO ÂMBITO DOS LITÍGIOS TRANSFRONTEIRIÇOS	
Decreto-Lei nº 71/2005, de 17 de março	421
CAPÍTULO I Objecto e âmbito	424
CAPÍTULO II Protecção jurídica	425
SECÇÃO I Acção a instaurar em Portugal	425
SECÇÃO II Acção a instaurar noutro Estado membro da União Europeia	425
CAPÍTULO III Procedimento	426
SECÇÃO I Transmissão e recepção do pedido	426
SECÇÃO II apreciação do pedido	428
CAPÍTULO IV Disposição final	429
TRAMITAÇÃO ELETRÓNICA DOS PROCESSOS JUDICIAIS	
Portaria nº 280/2013, de 26 de agosto	431
CAPÍTULO I Disposições gerais	432
CAPÍTULO II Apresentação de peças processuais e documentos	434
CAPÍTULO III Distribuição	441
CAPÍTULO IV Atos de magistrados e funcionários judiciais	443
CAPÍTULO V Citação edital e notificações	444
CAPÍTULO VI Consulta eletrónica de processos	445
CAPÍTULO VII Organização do processo	447
CAPÍTULO VIII Comunicações entre tribunais e entre tribunais e agentes de execução	448
CAPÍTULO IX Disposições específicas aplicáveis aos processos da competência dos tribunais e juízos de execução de penas	449
CAPÍTULO X Disposições finais e transitórias	450
ACÇÃO DECLARATIVA ESPECIAL PARA CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES PECUNIÁRIAS EMERGENTES DE CONTRATOS E INJUNÇÃO	
Decreto-Lei nº 269/98, de 1 de setembro	451
CAPÍTULO I Acção declarativa	455
CAPÍTULO II Injunção	457

BALCÃO NACIONAL DE INJUNÇÕES

Portaria nº 220-A/2008, de 4 de março	465
CAPÍTULO I Balcão Nacional de Injunções	467
CAPÍTULO II Apresentação do requerimento de injunção e oposição	468
CAPÍTULO III Formas de pagamento da taxa de justiça	469
CAPÍTULO IV Notificações pela secretaria	469
CAPÍTULO V Disponibilização do título executivo	470
CAPÍTULO VI Disposições finais e transitórias	471

MEIOS ELECTRÓNICOS DE IDENTIFICAÇÃO DO EXECUTADO E DOS SEUS BENS E DA CITAÇÃO ELECTRÓNICA

Portaria nº 331-A/2009, de 30 de março	473
CAPÍTULO I Disposição geral	475
CAPÍTULO II Identificação e localização do executado e de bens penhoráveis	475
CAPÍTULO III Citação por transmissão electrónica de dados	479
CAPÍTULO IV Diligências de execução promovidas por oficial de justiça	480
CAPÍTULO V Disposições finais e transitórias	481

REGULAMENTAÇÃO DE VÁRIOS ASPETOS DAS AÇÕES EXECUTIVAS CÍVEIS

Portaria nº 282/2013, de 29 de agosto	483
CAPÍTULO I Disposições gerais	487
CAPÍTULO II Requerimento executivo	488
SECÇÃO I Apresentação por via electrónica	488
SECÇÃO II Apresentação em suporte físico	489
SECÇÃO III Apresentação do requerimento de execução da decisão judicial condenatória	491
CAPÍTULO III Diligências de execução	491
SECÇÃO I Tramitação e registo electrónicos	491
SECÇÃO II Movimentação das contas-clientes	492
SECÇÃO III Citação, notificações, informações, comunicações e publicações	493
SECÇÃO IV Disponibilização de informação e penhora de depósitos bancários	495
SECÇÃO V Venda	498
SUBSECÇÃO I Publicidade da venda	498
SUBSECÇÃO II Termos da venda em leilão electrónico de bens penhorados	499
SUBSECÇÃO III Venda em depósito público ou equiparado	500
CAPÍTULO IV Agente de execução	504

SECÇÃO I Não aceitação, identificação, substituição e destituição do agente de execução	504
SECÇÃO II Dever de informação e comunicação	507
SECÇÃO III Remuneração do agente de execução	508
SUBSECÇÃO I Disposições gerais	508
SUBSECÇÃO II Honorários	511
SUBSECÇÃO III Despesas	513
SUBSECÇÃO IV Caixa de compensações	514
CAPÍTULO V Acesso ao registo informático de execuções	515
CAPÍTULO VI Execuções promovidas por oficial de justiça	516
CAPÍTULO VII Disposições finais	516
 PROCEDIMENTO EXTRAJUDICIAL PRÉ-EXECUTIVO	
Lei nº 32/2014, de 30 de maio	521
 REGIME JURÍDICO DO PROCESSO DE INVENTÁRIO	
Lei nº 23/2013, de 5 de março	537
CAPÍTULO I Disposições gerais	541
CAPÍTULO II Do processo de inventário	548
SECÇÃO I Do requerimento inicial e das declarações do cabeça de casal	548
SECÇÃO II Das citações e notificações	550
SECÇÃO III Das oposições	551
SECÇÃO IV Das respostas do cabeça de casal	553
SECÇÃO V Das dívidas	553
SECÇÃO VI Da conferência preparatória	555
SECÇÃO VII Da conferência de interessados	556
SECÇÃO VIII Do apuramento da inoficiosidade	557
SECÇÃO IX Da partilha	558
SUBSECÇÃO I Efetivação da partilha	558
SUBSECÇÃO II Emenda e anulação da partilha	563
SUBSECÇÃO III Partilha adicional e recursos	565
SUBSECÇÃO IV Partilha de bens em casos especiais	565
CAPÍTULO III Disposições complementares e finais	567
 REGIME DO INVENTÁRIO NOTARIAL	
Lei nº 117/2019, de 13 de setembro	569
CAPÍTULO I Disposições gerais	569
CAPÍTULO II Alterações legislativas	570
CAPÍTULO III Disposições finais e transitórias	571

PROCESSOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA

Decreto-Lei nº 272/2001, de 13 de outubro	577
CAPÍTULO I Objecto	578
CAPÍTULO II Da competência do Ministério Público	579
CAPÍTULO III Do procedimento perante o conservador do registo civil	581
SECÇÃO I Do procedimento tendente à formação de acordo das partes	581
SECÇÃO II Dos procedimentos da competência exclusiva do conservador	582
CAPÍTULO IV Disposições finais e transitórias	584

LEI DA ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA JUDICIÁRIO

Lei nº 62/2013, de 26 de agosto	587
TÍTULO I Princípios e disposições gerais	587
TÍTULO II Profissões judiciárias	588
CAPÍTULO I Juízes	588
CAPÍTULO II Magistrados do Ministério Público	589
CAPÍTULO III Advogados e solicitadores	590
CAPÍTULO IV Oficiais de justiça	592
TÍTULO III Tribunais	592
TÍTULO IV Tribunal Constitucional	594
TÍTULO V Tribunais judiciais	594
CAPÍTULO I Estrutura e organização	594
CAPÍTULO II Competência	595
CAPÍTULO III Supremo Tribunal de Justiça	597
SECÇÃO I Disposições gerais	597
SECÇÃO II Organização e funcionamento	597
SECÇÃO III Competência	598
SECÇÃO IV Juízes do Supremo Tribunal de Justiça	600
SECÇÃO V Presidência do tribunal	601
SECÇÃO VI Representação do Ministério Público no Supremo Tribunal de Justiça	603
CAPÍTULO IV Tribunais da Relação	603
SECÇÃO I Disposições gerais	603
SECÇÃO II Competência	605
SECÇÃO III Presidência	605
CAPÍTULO V Tribunais judiciais de primeira instância	606
SECÇÃO I Disposições gerais	606
SECÇÃO II Organização e funcionamento	609
SECÇÃO III Gestão dos tribunais de primeira instância	611
SUBSECÇÃO I Objetivos	611

SUBSECÇÃO II Presidente do tribunal de comarca	612
SUBSECÇÃO III Magistrado do Ministério Público coordenador de comarca	616
SUBSECÇÃO IV Administrador judiciário	618
SUBSECÇÃO V Conselho de gestão	620
SECÇÃO IV Conselho consultivo	621
SECÇÃO V Tribunais de competência territorial alargada	622
SUBSECÇÃO I Tribunal da propriedade intelectual	622
SUBSECÇÃO II Tribunal da concorrência, regulação e supervisão	624
SUBSECÇÃO III Tribunal marítimo	625
SUBSECÇÃO IV Tribunal de execução das penas	626
SUBSECÇÃO V Tribunal central de instrução criminal	628
SECÇÃO VI Juízos centrais, juízos de instrução criminal, juízos de família e menores, juízos do trabalho, juízos de comércio e juízos de execução	628
SUBSECÇÃO I Juízos centrais cíveis	628
SUBSECÇÃO II Juízos centrais criminais	628
SUBSECÇÃO III Juízos de instrução criminal	629
SUBSECÇÃO IV Juízos de família e menores	630
SUBSECÇÃO V Juízos do trabalho	633
SUBSECÇÃO VI Juízos de comércio	634
SUBSECÇÃO VII Juízos de execução	634
SECÇÃO VII Juízos locais cíveis, locais criminais, locais de pequena criminalidade, de competência genérica e de proximidade	635
SECÇÃO VIII Execução de decisões relativas a multas penais e indemnizações	636
SECÇÃO IX Tribunal singular, coletivo e do júri	636
SUBSECÇÃO I Tribunal singular	636
SUBSECÇÃO II Tribunal coletivo	637
SUBSECÇÃO III Tribunal do júri	637
SECÇÃO X Secretarias dos tribunais de primeira instância	638
SUBSECÇÃO I Disposições gerais	638
SUBSECÇÃO II Registro e arquivo	638
TÍTULO VI Tribunais administrativos e fiscais	639
TÍTULO VII Tribunal de Contas	640
TÍTULO VIII Tribunais arbitrais	641
TÍTULO IX Julgados de paz	641
TÍTULO X Departamentos de investigação e ação penal	641
TÍTULO XI Órgãos de gestão e disciplina judiciários	641
CAPÍTULO I Conselho Superior da Magistratura	641
SECÇÃO I Estrutura e organização	641

SECÇÃO II Competência e funcionamento	642
SECÇÃO III Secretaria do Conselho Superior da Magistratura	644
CAPÍTULO II Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais	644
SECÇÃO I Estrutura e organização	644
SECÇÃO II Competência e funcionamento	644
CAPÍTULO III Conselho Superior do Ministério Público	646
SECÇÃO I Estrutura e organização	646
SECÇÃO II Competência e funcionamento	646
CAPÍTULO IV Direito aplicável	647
TÍTULO XII Disposições transitórias e finais	648
CAPÍTULO I Disposições transitórias	648
CAPÍTULO II Disposições finais	650
 REGULAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS	
Decreto-Lei nº 34/2008, de 26 de fevereiro	659
Lei nº 7/2012, de 13 de fevereiro	669
TÍTULO I Disposições gerais	673
TÍTULO II Custas processuais	673
CAPÍTULO I Conceito e isenções	673
CAPÍTULO II Taxa de justiça	677
SECÇÃO I Fixação da taxa de justiça	677
SECÇÃO II Fixação da base tributável	680
SECÇÃO III Responsabilidade e pagamento	681
CAPÍTULO III Encargos	684
CAPÍTULO IV Custas de parte	687
CAPÍTULO V Multas	689
TÍTULO III Liquidação, pagamento e execução das custas	690
CAPÍTULO I Conta de custas	690
CAPÍTULO II Pagamento	692
CAPÍTULO III Execução	694
TÍTULO IV Disposições finais	694
TABELAS	696
 LEI DA ARBITRAGEM VOLUNTÁRIA	
Lei nº 63/2011, de 14 de dezembro	701
CAPÍTULO I Da convenção de arbitragem	703
CAPÍTULO II Dos árbitros e do tribunal arbitral	705
CAPÍTULO III Da competência do tribunal arbitral	709
CAPÍTULO IV Das providências cautelares e ordens preliminares	710
SECÇÃO I Providências cautelares	710
SECÇÃO II Ordens preliminares	711
	763

SECÇÃO III Regras comuns às providências cautelares e às ordens preliminares	712
SECÇÃO IV Reconhecimento ou execução coerciva de providências cautelares	713
CAPÍTULO V Da condução do processo arbitral	714
CAPÍTULO VI Da sentença arbitral e encerramento do processo	718
CAPÍTULO VII Da impugnação da sentença arbitral	721
CAPÍTULO VIII Da execução da sentença arbitral	723
CAPÍTULO IX Da arbitragem internacional	724
CAPÍTULO X Do reconhecimento e execução de sentenças arbitrais estrangeiras	726
CAPÍTULO XI Dos tribunais estaduais competentes	727
CAPÍTULO XII Disposições finais	730

SUMÁRIO

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Lei nº 41/2013, de 26 de junho 25

LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

ACESSO AO DIREITO E AOS TRIBUNAIS

Lei nº 34/2004, de 29 de julho 373

CRITÉRIOS DE PROVA E DE APRECIACÃO DA INSUFICIÊNCIA ECONÓMICA PARA A CONCESSÃO DA PROTECÇÃO JURÍDICA

Portaria nº 1085-A/2004, de 31 de agosto 397

REGIME DE ACESSO AO DIREITO E AOS TRIBUNAIS

– REGULAMENTAÇÃO

Portaria nº 10/2008, de 3 de janeiro 403

ACESSO AO DIREITO E AOS TRIBUNAIS NO ÂMBITO DOS LITÍGIOS TRANSFRONTEIRIÇOS

Decreto-Lei nº 71/2005, de 17 de março 421

TRAMITAÇÃO ELETRÓNICA DOS PROCESSOS JUDICIAIS

Portaria nº 280/2013, de 26 de agosto 431

ACÇÃO DECLARATIVA ESPECIAL PARA CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES PECUNIÁRIAS EMERGENTES DE CONTRATOS E INJUNÇÃO

Decreto-Lei nº 269/98, de 1 de setembro 451

BALCÃO NACIONAL DE INJUNÇÕES Portaria nº 220-A/2008, de 4 de março	465
MEIOS ELECTRÓNICOS DE IDENTIFICAÇÃO DO EXECUTADO E DOS SEUS BENS E DA CITAÇÃO ELECTRÓNICA Portaria nº 331-A/2009, de 30 de março	473
REGULAMENTAÇÃO DE VÁRIOS ASPETOS DAS AÇÕES EXECUTIVAS CÍVEIS Portaria nº 282/2013, de 29 de agosto	483
PROCEDIMENTO EXTRAJUDICIAL PRÉ-EXECUTIVO Lei nº 32/2014, de 30 de maio	521
REGIME JURÍDICO DO PROCESSO DE INVENTÁRIO Lei nº 23/2013, de 5 de março	537
REGIME DO INVENTÁRIO NOTARIAL Lei nº 117/2019, de 13 de setembro	569
PROCESSOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA Decreto-Lei nº 272/2001, de 13 de outubro	577
LEI DA ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA JUDICIÁRIO Lei nº 62/2013, de 26 de agosto	587
REGULAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS Decreto-Lei nº 34/2008, de 26 de fevereiro Lei nº 7/2012, de 13 de fevereiro	659 669
LEI DA ARBITRAGEM VOLUNTÁRIA Lei nº 63/2011, de 14 de dezembro	701
ÍNDICE ANALÍTICO DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	731
ÍNDICE-SUMÁRIO	751
SUMÁRIO	765

BDJUR

BASE DE DADOS JURÍDICA

LEGISLAÇÃO **CÓDIGOS** **JURISPRUDÊNCIA** **FORMULÁRIOS** **EUR-LEX** **DICIONÁRIO** **FÓRUM JURÍDICO**

bdjur.almedina.net

QUANTO TEMPO JÁ PERDEU A ATUALIZAR A SUA LEGISLAÇÃO?

Na BDJUR procedemos diariamente à atualização de conteúdos, trabalhando de forma sistemática a legislação publicada no Diário da República, disponibilizando códigos, legislação complementar, coletâneas temáticas, decisões jurisprudenciais de tribunais superiores e outras ferramentas práticas para o seu dia a dia, como as nossas minutas de autor.

PARA MAIS INFORMAÇÕES

assinaturas@bdjur.almedina.net

213 190 243

916 141 786

